

Messianismo, insurgência e reconfiguração: o movimento de Jesus no horizonte da Judeia do século I

Messianism, Insurgency, and Reconfiguration: The Movement of Jesus in the Horizon of First-Century Judea

Ailton de Souza Gonçalves¹

152

Resumo: O século I da nossa era, na Judeia, foi marcado por intensas tensões sociais, econômicas e religiosas decorrentes da dominação romana. Nesse contexto, o messianismo assumiu formas concretas, frequentemente associadas a movimentos de resistência e insurgência que articulavam expectativas religiosas e projetos de liberação política. Este artigo investiga em que medida o movimento de Jesus dialoga com os movimentos messiânico-insurgentes da Judeia do século I e, ao mesmo tempo, se distingue deles. Sustenta-se que o movimento de Jesus emerge inserido nesse horizonte messiânico compartilhado, apropriando-se de suas linguagens e símbolos, mas reconfigurando suas expectativas predominantes ao deslocar o messianismo do campo político-militar para práticas éticas, comunitárias e relacionais, especialmente no contexto dos conflitos intrajudaicos e da progressiva ruptura com o espaço sinagógico. A partir de uma abordagem histórico-social, o estudo contribui para compreender a singularidade histórica do movimento de Jesus sem isolá-lo de seu contexto nem reduzi-lo a uma variante dos movimentos insurgentes contemporâneos.

Palavras-chave: Messianismo; Jesus histórico; Judaísmo do Segundo Templo; Movimentos messiânico-insurgentes; Novo Testamento

Abstract: The first century CE in Judea was marked by intense social, economic, and religious tensions resulting from Roman domination. In this context, messianism assumed concrete forms, often associated with movements of resistance and insurgency that articulated religious expectations and projects of political liberation. This article examines to what extent the movement of Jesus both engaged in dialogue with and distinguished itself from the messianic-insurgent movements of first-century Judea. It argues that the movement of Jesus emerged within this shared messianic horizon, appropriating its language and symbols, while reconfiguring prevailing expectations by shifting messianism from the political-military sphere toward ethical, communal, and relational practices, particularly in the context of intrajewish

¹ Doutor e Mestre em Ciências da Religião – PUC-GO, Licenciado em Filosofia, Diretor Geral da Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM e da Faculdade Tecsoma- FATEC. E-mail: ailtongoncalves@finom.edu.br

Recebido em: 03 /11/2025

Aprovado em: 31/12/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



conflicts and the progressive rupture with the synagogue. Adopting a historical-social approach, the study contributes to understanding the historical singularity of the movement of Jesus without isolating it from its context or reducing it to a variant of contemporary insurgent movements.

Keywords: Messianism; Historical Jesus; Second Temple Judaism; Messianic insurgent movements; New Testament

1. Introdução

153

O século I da nossa era foi marcado, na Judeia, por intensas tensões políticas, econômicas e religiosas, resultantes da dominação romana e de suas formas de controle administrativo, fiscal e militar. Nesse contexto, práticas religiosas, estruturas cultuais e expectativas escatológicas passaram a articular-se de modo cada vez mais estreito com projetos de libertação nacional e restauração de Israel. O messianismo, longe de constituir uma ideia homogênea ou meramente teológica, assumiu feições múltiplas e concretas, frequentemente associadas a movimentos de contestação e insurgência contra o poder imperial.

A historiografia recente tem demonstrado que os chamados movimentos messiânico-insurgentes não surgiram de maneira episódica ou marginal, mas como respostas históricas às condições de pauperização, à concentração fundiária, ao sistema tributário romano e à mediação religiosa exercida pelo Templo de Jerusalém. Lideranças carismáticas, discursos de restauração e apelos à soberania divina tornaram-se elementos recorrentes no imaginário popular, especialmente na Galileia e em regiões rurais da Judeia. É nesse horizonte que emergem diversos movimentos de resistência, nos quais a esperança messiânica se articula à ação política e, em muitos casos, ao confronto armado.

O movimento de Jesus de Nazaré nasce e se desenvolve nesse mesmo cenário histórico. As tradições neotestamentárias preservam indícios claros de que Jesus foi percebido por seus seguidores como portador de expectativas messiânicas, ao mesmo tempo em que sua atuação provocou tensões com autoridades religiosas locais e com estruturas de poder vigentes. Tal constatação, contudo, levanta uma questão central para a pesquisa histórica: em que medida o movimento de Jesus dialoga com os movimentos messiânico-insurgentes de seu tempo e, ao mesmo tempo, se distingue deles?

Este artigo sustenta que o movimento de Jesus se insere criticamente no horizonte messiânico da Judeia do século I, compartilhando linguagens, símbolos e expectativas de

libertação, mas subvertendo suas formas predominantes de expressão político-militar. Tal subversão se manifesta no deslocamento do messianismo para práticas éticas, comunitárias e relacionais, processo que se intensifica especialmente após os conflitos intrajudaicos e a progressiva ruptura com o espaço sinagogal.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem histórico-social, articulando a análise de fontes bíblicas do Novo Testamento com dados historiográficos e socioeconômicos sobre a Judeia sob dominação romana. O percurso do artigo inicia-se com a contextualização dos movimentos messiânico-insurgentes do período, a partir de um paradigma representativo, para, em seguida, examinar o modo como o movimento de Jesus dialoga com esse horizonte e, simultaneamente, o reconfigura.

2. Messianismo e insurgência sob o domínio romano

A esperança na vinda do *מֶשְׁיחָה* (*Ha Mashiah*), concebido como legítimo descendente da dinastia davídica e agente da plena restauração de Israel, constituía um elemento estruturante do imaginário religioso e político da Judeia no período do Segundo Templo. Longe de se tratar de uma expectativa abstrata, tal esperança encontrava respaldo tanto na tradição historiográfica de Israel, especialmente nos relatos de Josué e Samuel, quanto na releitura profética que projetava para o futuro a realização de um governo justo, fiel às promessas divinas.

Nesse sentido, a literatura profética desempenhou papel decisivo na consolidação do messianismo davídico. Textos atribuídos ao Primeiro Isaías, redigidos no contexto do reinado de Acaz (735-715 a.C.), articulam a esperança de um governante investido da fidelidade de YHWH, cuja autoridade transcende a de um monarca comum (Is 7,14; 9,5; 11,1). Essas tradições, posteriormente retomadas pela comunidade de Mateus, serviram de base para a interpretação da atuação de Jesus como cumprimento simbólico dessas promessas, particularmente na identificação do Emanuel (Is 7,14 = Mt 1,23). A figura messiânica, assim delineada, não se reduz a um rei político ordinário, mas é revestida de atributos teológicos que a situam no horizonte da intervenção salvífica de Deus na história.

A história monárquica de Israel, contudo, revela uma tensão persistente entre promessa e fracasso. Entre o surgimento da realeza davídica e o exílio babilônico, apenas os reinados de Ezequias (716-687 a.C.) e Josias (640-609 a.C.) são apresentados pela tradição bíblica como experiências relativamente alinhadas ao ideal davídico, em contraste com as reiteradas críticas

dirigidas a outras lideranças, acusadas de infidelidade à Lei e de alianças políticas comprometedoras (2Rs 18,3-4; 22,2; 21,3-4). Essa sequência de insucessos contribuiu para deslocar a esperança messiânica do presente histórico para um futuro indeterminado, conferindo-lhe caráter escatológico e reforçando sua função crítica diante das estruturas de poder existentes.

No período persa e helenístico, as promessas feitas a Davi e a expectativa de um rei futuro permaneceram vivas tanto entre os letrados quanto entre os camponeses (Eclo 47,11.22; 1Mc 2,57). Ainda assim, tais expectativas não se traduziam, em geral, em projetos políticos imediatos, sendo frequentemente relegadas a um futuro distante, como indicam tradições apocalípticas como as visões de 1Enoc 83-90 (HORSLEY; HANSON, 2007, p. 99-100). Essa configuração se altera significativamente com a incorporação definitiva da Judeia ao domínio romano, quando a esperança messiânica passa a articular-se de modo mais direto com a resistência política.

Sob a dominação romana, a intensificação do sistema tributário, a concentração fundiária e a mediação econômica exercida pelo Templo produziram um processo acentuado de pauperização das populações rurais, especialmente na Galileia. À obrigação tradicional do dízimo somavam-se os tributos imperiais, convertendo a prática religiosa em fator adicional de pressão econômica (HORSLEY; HANSON, 2007, p. 61; cf. Mt 23,23). O crescimento de camponeses sem terra, enfermos e desempregados, constitui o pano de fundo social a partir do qual emergem movimentos messiânicos de caráter insurgente, compreendidos como tentativas concretas de libertação diante do jugo romano (cf. Mt 20,1-16).

É nesse contexto que se insere o movimento liderado por Judas Galileu, entre os anos 4 e 6 d.C., frequentemente apontado como paradigma do messianismo insurgente. Originário de Gâmala, Judas articulou resistência armada e crítica religiosa ao afirmar que Deus, e não César, era o único rei legítimo de Israel, mobilizando a oposição às exigências tributárias romanas (FARIA, p. 73). Embora seu movimento tenha sido rapidamente reprimido, seu legado ideológico persistiu, influenciando grupos posteriores, como os zelotas, e consolidando um modelo de messianismo no qual libertação religiosa e insurgência política se entrelaçam.

Desse modo, o messianismo do século I, não pode ser compreendido à margem das condições materiais e políticas da Judeia sob Roma. Ele se configura como resposta histórica à dominação imperial e como linguagem de resistência que mobiliza símbolos religiosos tradicionais em projetos de transformação social. É nesse horizonte compartilhado de

expectativa messiânica e contestação ao poder estabelecido que o movimento de Jesus emerge, dialogando com tais tradições, ainda que venha a reconfigurá-las de modo singular.

3. O movimento de Jesus em diálogo com os messianismos do século I: tradições de Israel relidas no Novo Testamento

A emergência do movimento de Jesus na Judeia do século I não pode ser compreendida como fenômeno isolado do universo simbólico e literário de Israel. Ao contrário, o Novo Testamento (doravante NT) se apresenta, em larga medida, como uma operação hermenêutica: releitura, atualização e reconfiguração de tradições do Antigo Testamento (doravante AT) em função de novas demandas comunitárias. A diversidade de gêneros literários do AT (poesia, narrativas, provérbios, tradições sapienciais e narrativas apocalípticas) constitui um repertório comum, no qual autores cristãos primitivos buscaram não apenas linguagem, mas legitimação histórica e teológica para narrar e interpretar a experiência de Jesus e de suas comunidades. Nesse sentido, as repetições, ambientações literárias e retomadas explícitas de textos anteriores não são ornamentos: integram o mecanismo pelo qual o NT constrói continuidade e sentido, como se pode observar na forma como evangelistas e tradições apostólicas recorrem às Escrituras para narrar, explicar e enquadrar a identidade messiânica atribuída a Jesus.

Essa dependência estrutural do NT em relação ao AT torna-se particularmente relevante diante de um dado sociocultural decisivo: em determinado momento, os discípulos de Jesus deixam de ser percebidos como parte indistinta do judaísmo e passam a ser identificados, pelos seus conterrâneos, como um grupo específico. O livro dos Atos registra designações que marcam essa diferenciação, como “os adeptos do Caminho” (At 9,2) e a referência à “seita dos nazarenos” (At 24,5). A questão que se impõe, portanto, não é apenas quando ocorre a diferenciação, mas como a identidade do grupo se estrutura: o que se preserva em comum com a tradição de Israel, o que se reinterpreta e quais elementos tornam-se identitários no novo cenário cultural do século I. A resposta, conforme o próprio NT sugere, passa pela constatação de que as comunidades cristãs primitivas não abandonam o universo judaico, mas o relembram a partir do testemunho sobre Jesus.

3.1 Jesus como judeu do seu tempo: continuidade cultural e pertença religiosa

No interior das tradições evangélicas, Jesus é apresentado como um judeu plenamente inserido no ambiente religioso do Segundo Templo. As narrativas preservam práticas marcadamente judaicas: oração (Lc 9,16; Mc 1,35; Mt 6,5), frequência sinagoga aos sábados (Lc 4,16; Mc 6,2), participação nas grandes festas e subida a Jerusalém em momentos decisivos (Mc 14,1; Jo 11,55). Nessa direção, a formulação de Sante sintetiza com precisão o dado central: Jesus é descrito como “rabbi”, judeu, frequentador de sinagoga, observante do sábado, participante das festas judaicas e leitor das Escrituras de Israel (SANTE, 1988, p. 10). O ponto não é apenas descriptivo: ele indica que a identidade messiânica atribuída a Jesus se constrói no interior das coordenadas religiosas de Israel, e não como negação imediata delas.

Essa leitura encontra respaldo na análise sociológica de Gerd Theissen (2008), para quem os primeiros movimentos ligados a Jesus devem ser compreendidos como fenômenos surgidos dentro do judaísmo, partilhando seus símbolos, práticas e linguagens religiosas. A pertença religiosa, nesse contexto, não se define por ruptura institucional imediata, mas por continuidade interpretativa e reconfiguração progressiva de tradições compartilhadas.

A Páscoa, por exemplo, aparece como chave de inserção cultural e teológica: os textos preservam a relevância do calendário festivo e sua memória de libertação (cf. Jo 2,13; 6,4; 11,55-57; Mc 14,12-16), em consonância com o mandamento de Ex 12,1-14. O NT, ao narrar Jesus em contexto pascal, não apenas “situa” um evento; ele o insere em uma tradição matriz, na qual memória, rito e identidade coletiva são indissociáveis. Essa continuidade fornece o pano de fundo para compreender por que, no horizonte messiânico do século I, Jesus pode ser reconhecido como figura de expectativa e de disputa, sem que isso implique ruptura instantânea com o legado de Israel.

3.2 Escrituras como matriz de leitura: do Shema à releitura da Torá e dos Profetas

Se o movimento de Jesus dialoga com o horizonte messiânico do período, esse diálogo se dá também por meio do uso performativo das Escrituras. A tradição das tentações (Mt 4,1-11; Lc 4,1-13) funciona como um exemplo emblemático: a narrativa estrutura-se como confronto entre projetos, no qual as respostas de Jesus se apoiam na Torá e atualizam temas fundamentais do Shema Israel (Dt 6,4-9). A articulação do amor a Deus como critério de fidelidade, em tensão com pão, poder cultural e dominação dos reinos (Mt 4,3-10), preserva o

núcleo do monoteísmo ético judaico e, simultaneamente, projeta uma forma de messianismo que se legitima pela fidelidade às Escrituras, não por demonstração espetacular de força.

Esse modo de recorrer às Escrituras corresponde ao que Theissen (2018) identifica como característica de grupos religiosos em contextos de conflito: a tradição funciona como instrumento de coesão interna e de delimitação simbólica frente a outros projetos concorrentes. Assim, o uso reiterado da Torá e dos Profetas nos evangelhos não apenas ancora a narrativa de Jesus na tradição de Israel, mas também expressa disputas por autoridade interpretativa no interior do mesmo campo religioso.

O mesmo eixo reaparece na controvérsia do “grande mandamento” (Mc 12,28-34; Mt 22,34-40; Lc 10,25-28), em que Jesus é apresentado como intérprete competente da tradição e, portanto, como alguém que participa do que conferia status no ambiente religioso do período: o domínio das Escrituras. Desse modo, o movimento de Jesus dialoga com as expectativas messiânicas porque se instala no interior do campo interpretativo da Lei, no qual identidade, autoridade e legitimidade religiosa eram disputadas.

A própria autodeclaração mateana “não vim revogar a Lei e os Profetas... mas dar-lhes pleno cumprimento” (Mt 5,17) sintetiza a lógica interna dessa continuidade: Jesus é apresentado não como alguém que rompe com a tradição, mas como aquele que a realiza e a interpreta, exigindo que a compreensão das Escrituras permaneça critério de discernimento (Mt 22,29). Esse dado é decisivo: ele mostra que o diálogo com o horizonte messiânico não se dá apenas pelo título “Messias”, mas pela inscrição de Jesus na tradição de Israel como lugar de sentido.

3.3 O NT como releitura comunitária: promessas antigas, novas narrativas e identidade messiânica

A releitura do AT no NT não se limita a citações pontuais: ela se manifesta em estruturas narrativas e simetrias teológicas, como na correspondência entre o cântico de Ana (1Sm 2,1-11) e o Magnificat de Maria (Lc 1,46-55). A simetria não é mero paralelismo literário; ela serve para afirmar que o que se realiza no presente comunitário é interpretado como continuidade das promessas antigas, agora narradas como concretizadas na vida e missão de Jesus. O que antes foi cantado sob ameaça e opressão, reaparece como anúncio de cumprimento e reorganização simbólica da esperança.

Essa dinâmica aparece também no episódio de Emaús (Lc 24,13–35), em que Lucas insistirá que a compreensão plena ocorre quando a comunidade reconhece a experiência de Jesus “em conformidade com as Escrituras” (Lc 24,27.35). O ponto metodológico interno é claro: o NT constrói a inteligibilidade da identidade de Jesus pela via da releitura da Torá e dos Profetas, e não pela invenção *ex nihilo* de um novo repertório religioso. Por isso, a apresentação de Jesus como aquele que “cumpre” o que foi prometido funciona como mecanismo de continuidade e como eixo de identidade: não se trata de utopia nebulosa, mas de uma interpretação histórica do presente à luz da tradição.

Essa leitura encontra convergência com a abordagem de Bornkamm (2005), para quem a linguagem cristológica do Novo Testamento nasce de um processo de reapropriação das tradições judaicas, especialmente no que diz respeito à identidade, à filiação divina e às expectativas messiânicas. A releitura das Escrituras não atua como ornamento retórico, mas como fundamento teológico e narrativo da experiência comunitária ligada a Jesus.

Do mesmo modo, o retrato da comunidade primitiva em Atos enfatiza práticas e hábitos comunitários inseridos no campo religioso judaico: vida em oração e assiduidade comunitária (At 1,14; 2,46–47), com forte apego à tradição e aos mandamentos. O relato de uma comunidade “um só coração e uma só alma” (At 4,32) é apresentado como sinal de coesão e de fidelidade, reforçando que o movimento de Jesus não surge como negação imediata do judaísmo, mas como reconfiguração comunitária no interior de seus símbolos.

Em síntese, o diálogo entre o movimento de Jesus e os messianismos do século I se evidencia menos por um alinhamento com projetos insurgentes específicos e mais pela inserção do movimento no horizonte religioso e narrativo de Israel, no qual as Escrituras são reapropriadas para legitimar a esperança, explicar a experiência histórica e sustentar a identidade comunitária. Ao reler o AT como matriz interpretativa da vida, morte, ressurreição e memória de Jesus, o NT demonstra que a messianidade atribuída a Jesus não nasce fora do judaísmo, mas como atualização de suas promessas e disputa de sentido no interior de seu campo simbólico.

Se até aqui o movimento de Jesus pode ser compreendido como inserido nas tradições religiosas de Israel, resta perguntar em que medida essa inserção não produz, simultaneamente, um deslocamento crítico das expectativas messiânicas vigentes no século I. É nesse ponto que o diálogo com os movimentos messiânico-insurgentes revela tanto convergências quanto rupturas decisivas.

4. O movimento de Jesus diante dos messianismos insurgentes: convergências, deslocamentos e subversão

4.1 Convergências históricas: horizonte compartilhado e expectativas messiânicas

O movimento de Jesus emerge no mesmo cenário social, econômico e religioso que deu origem aos diversos movimentos messiânico-insurgentes da Judeia do século I. A dominação romana, o sistema tributário opressor, a pauperização dos camponeses e a instrumentalização religiosa do Templo constituem o pano de fundo comum no qual diferentes lideranças reivindicaram títulos, símbolos e narrativas messiânicas. Nesse sentido, o reconhecimento de Jesus como “Messias” por parte de seus seguidores (Jo 1,41; 4,25; Mc 8,29) não representa um fenômeno isolado, mas se insere em um horizonte de expectativas amplamente compartilhado.

Tal convergência, contudo, não implica identidade de projeto. Assim como outros líderes do período, Jesus mobiliza símbolos centrais da tradição de Israel, como Reino, libertação, justiça e fidelidade à Torá. Todavia, o modo como esses elementos são articulados revela um deslocamento interno do messianismo vigente, perceptível tanto nas práticas quanto na forma de organização comunitária que se desenvolve em torno de sua atuação.

4.2 O deslocamento do messianismo: da insurgência armada à práxis relacional

Enquanto os movimentos insurgentes contemporâneos tendiam a traduzir a esperança messiânica em projetos de restauração político-militar, o movimento de Jesus desloca o eixo da expectativa para o campo das relações, das práticas cotidianas e da ética comunitária. A linguagem do Reino de Deus, recorrente nos evangelhos, não se articula à tomada do poder, mas à reorganização da vida social a partir de critérios como misericórdia, justiça e inclusão dos marginalizados (Mt 5–7; Lc 4,18–19).

Esse deslocamento não deve ser interpretado como despolidização da esperança messiânica, mas como redefinição de seus meios e objetivos. A recusa explícita da violência como estratégia (Mt 26,52) e a crítica às formas tradicionais de dominação (“os governantes das nações as dominam... não será assim entre vós”, Mc 10,42–45) evidenciam uma subversão interna do modelo messiânico dominante. O conflito não desaparece, mas é deslocado do campo bélico para o campo simbólico, ético e comunitário.

4.3 Ruptura sinagagal e reorganização comunitária

A progressiva ruptura entre o movimento de Jesus e o espaço sinagagal marca um ponto decisivo dessa subversão. A exclusão dos judeu-cristãos da sinagoga, atestada tanto por fontes rabínicas quanto pelos próprios evangelhos (Jo 9,22; 16,2), não é apenas consequência de divergências doutrinárias, mas sinal de uma disputa por autoridade interpretativa no interior do judaísmo do pós-70 d.C.

Diante dessa ruptura, o movimento reorganiza seus espaços de pertença, privilegiando a casa (*οἶκος*) como novo lugar de sociabilidade religiosa (At 2,46; 5,42). Essa reconfiguração não apenas garante a sobrevivência do grupo, mas expressa uma forma alternativa de vivência messiânica, centrada na partilha, na solidariedade e na construção de vínculos comunitários, em contraste com os projetos insurgentes que dependiam de liderança centralizada e mobilização armada.

4.4 Messianismo como prática: continuidade e ruptura em perspectiva

É nesse ponto que se evidencia a singularidade histórica do movimento de Jesus. Inserido no horizonte messiânico do século I, ele dialoga com suas expectativas, mas as reconfigura ao deslocar o messianismo do campo da conquista para o da prática cotidiana. Como já argumentado em estudo anterior, o “fazer” (*ποιεῖν*) assume centralidade como critério de fidelidade ao projeto do Reino, funcionando como forma de resistência às estruturas injustas sem recorrer à lógica da violência (GONÇALVES, 2019).

Essa ênfase na prática não anula a dimensão escatológica da esperança, mas a ancora no presente histórico, transformando o messianismo em projeto vivido, e não apenas aguardado. Desse modo, o movimento de Jesus distingue-se dos messianismos insurgentes não por ausência de crítica ao império, mas por sua capacidade de subverter o imaginário messiânico dominante a partir de uma ética relacional e comunitária, cuja força reside menos na tomada do poder e mais na transformação das relações.

5. Considerações finais

Este artigo partiu da pergunta sobre em que medida o movimento de Jesus se distingue e, ao mesmo tempo, dialoga com os movimentos messiânico-insurgentes da Judeia do século I. A análise mostrou que a messianidade atribuída a Jesus não emerge fora do horizonte histórico e religioso de seu tempo, mas se insere plenamente nas tradições de Israel, compartilhando expectativas, símbolos e linguagens próprias do messianismo vigente. O reconhecimento de Jesus como Messias ocorre, portanto, dentro de um campo já saturado de disputas interpretativas e projetos concorrentes de restauração.

Ao mesmo tempo, o estudo evidenciou que o movimento de Jesus opera um deslocamento decisivo dessas expectativas. Diferentemente dos projetos insurgentes marcados pela mobilização armada e pela tentativa de restauração político-territorial, o messianismo associado a Jesus se constrói a partir de práticas éticas, relações comunitárias e reconfigurações simbólicas do poder. O Reino anunciado não se expressa como conquista violenta, mas como reorganização da vida social, ancorada em critérios de justiça, misericórdia e inclusão dos marginalizados.

Esse deslocamento torna-se ainda mais evidente no contexto pós-70 d.C., quando a ruptura com o espaço sinagógico força o movimento a redefinir suas formas de pertença e sociabilidade. A casa (*oîkoç*) surge como novo espaço de articulação comunitária, substituindo tanto o Templo quanto a sinagoga como centros exclusivos de legitimação religiosa. Tal reorganização não representa mera adaptação pragmática, mas revela uma compreensão messiânica que privilegia o “fazer” como expressão concreta de fidelidade ao projeto divino, em contraste com modelos centrados na tomada do poder.

Nesse sentido, a singularidade histórica do movimento de Jesus reside menos na negação do messianismo e mais em sua ressignificação interna. Como argumentado em pesquisa anterior, a centralidade da prática constitui um eixo de resistência às estruturas de dominação, sem recorrer à lógica da violência que caracterizou outros movimentos do período (GONÇALVES, 2019). Trata-se de um messianismo vivido no cotidiano, capaz de sustentar a esperança escatológica sem desligá-la das exigências éticas do presente histórico.

Por fim, ao situar o movimento de Jesus no interior do horizonte messiânico do século I, este estudo contribui para uma leitura que evita tanto o isolamento anacrônico quanto a redução do cristianismo nascente a uma simples variante dos movimentos insurgentes. A análise evidencia que o diálogo entre continuidade e ruptura é constitutivo da identidade do movimento, cuja força histórica reside precisamente na capacidade de reinterpretar as tradições de Israel à

luz de uma prática comunitária que subverte expectativas dominantes sem abandonar suas raízes.

REFERENCIAS

BORNKAMM, Gunther. *Jesus de Nazaré*. Tradução de José dos Santos Gonçalves e Nélio Schneider São Paulo: Teológica, 2005.

FARIA, Jacir de Freitas. *O poder do Rei-Messias no Império Romano*. In: Estudos Bíblicos 78, Petrópolis, 2003/3, p. 69-82;

GONÇALVES, Ailton de Souza. *O fazer ($\piοιεῖν$) (Mt 25,31-46)*: um projeto de resistência às injustiças do Império Romano. 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

HORSLEY, Richard A; HANSON, John S. *Bandidos, Profetas e Messias*: movimento populares no tempo de Jesus. Trad. Edwino Aloysius Royer. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTE, di C. *La Prière d'Israël aux Sources da la Liturgie Chrétienne*. Paris: Desclée, 1988.

STEGEMANN, Ekkehard W. & STEGEMANN, W. *História Social do protocristianismo: os primórdios no judaísmo e as comunidades de Cristo no mundo mediterrâneo*. Trad. Edwino Aloysius Royer São Paulo/São Leopoldo: Paulus/Sinodal, 2004.

THEISSEN, Gerd. *O movimento de Jesus: história social de uma revolução de valores*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Edições Loyola, 2008.